

## Debate propõe conscientização sobre violência contra a mulher

Servidores do Senado podem atuar como multiplicadores na divulgação da Lei Maria da Penha, disseram especialistas. **8**

Pedro Franco/Agência Senado



Representantes do Senado, da Polícia Civil e do Judiciário somam opiniões: Sérgio Maciel, Ana Santiago, Rosa Vasconcelos, Evandro Perissé e Cleide de Oliveira

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.784 — Brasília, terça-feira, 27 de novembro de 2012



Comissão de Orçamento discute obras suspeitas **2**

Voto de pesar pela morte do ex-deputado Sérgio Miranda **6**

## Plenário pode votar hoje benefícios a PPPs

Está no Senado medida provisória que permite a antecipação de pagamento de obras contratadas pelos governos federal, estaduais e municipais por meio de parcerias público-privadas. Texto foi aprovado na Câmara dos Deputados

Entre os itens previstos no projeto de lei de conversão resultante da MP, está a autorização para que estados e municípios ampliem de 3% para

5% o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de obras. A proposta também reduz o prazo para as empresas acionarem

o Fundo Garantidor de Parcerias se o parceiro público não pagar na data. Caso seja aprovado no Senado, texto seguirá para sanção presidencial. **2**

José Cruz/Agência Senado



Paulo Miranda (E), Gilberto Rios, Paulo Paim, Octavio Pieranti e José Roberto Schiavinato durante debate na Comissão de Direitos Humanos, ontem

### Em busca de formas para financiar as TVs comunitárias

Proposta de transformar parte do Fistel (taxa de fiscalização paga pelas operadoras de telefonia) num fundo de apoio aos canais foi apoiada por todos os representantes de veículos comunitários em audiência na CDH. **3**

### Senadores querem ouvir ministro da Justiça sobre operação da PF **7**

### Proposta que reduz poder do Ministério Público repercute em Plenário **7**

## especial Cidadania

### Crianças ainda chegam ao final do 3º ano não alfabetizadas

Segundo dados do Censo 2010, 15,2% das crianças chegam aos 8 anos sem saber ler nem escrever. Está em análise no Congresso o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que dá apoio técnico e financeiro a escolas públicas de todo o país. **4 e 5**

Alunos da Escola Classe 206 Sul, da rede pública de Brasília, que adota medidas para que a alfabetização seja na idade adequada



Pedro Franco/Agência Senado



# MP das parcerias público-privadas pode ser votada hoje pelo Senado

Aprovado pela Câmara na semana passada, texto prevê que governos antecipem pagamentos de obras contratadas por meio de PPPs

DEPOIS DE APROVADA pela Câmara dos Deputados, a medida provisória (MP) que permite a antecipação de pagamentos pelos governos federal, estaduais ou municipais a empresas que realizam obras por contrato de parceria público-privada (PPP) pode ser votada hoje pelo Plenário do Senado.

O texto (MP 575/12) contém mudanças feitas pela Câmara por meio de projeto de lei de conversão (PLV 25/12), apresentado pela comissão mista do Congresso encarregada de analisar a proposta original do Poder Executivo.

Em relação às PPPs, o PLV 25/12 manteve a previsão da medida provisória de permitir a estados e municípios ampliar

de 3% para 5% o limite de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com os pagamentos de obras.

O projeto conservou ainda a redução do prazo para o operador privado acionar o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP) no caso de o parceiro público não honrar o compromisso financeiro na data prevista.

Na votação da última terça-feira, a Câmara aprovou a retirada de um artigo e a modificação de outro contidos no PLV 25/12. Ambos não constavam da medida provisória e haviam sido agregados pela comissão mista.

O artigo eliminado fazia um acréscimo à Lei 11.033/04, que instituiu o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). A intenção era permitir aos beneficiários a aplicação

das regras do Reporto na compra ou na importação de quaisquer bens relacionados pelo Poder Executivo para utilização exclusiva em portos ou

ferrovias a partir de 12 de maio de 2008. Essa é a data de publicação da MP 428/08, que alterou a legislação tributária federal e originou a Lei 11.774/08.

**Prazo para os senadores votarem a medida provisória termina no dia 5 de dezembro**



Relação de indícios de irregularidades inclui obras beneficiadas pelo PAC, como a duplicação do Contorno de Pelotas (RS)

## Audiência discute obras suspeitas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) faz hoje audiência pública para discutir indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Foram convidados representantes dos quatro órgãos e do TCU. A reunião será realizada no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados, a partir das 15h.

Os indícios foram apontados pelo TCU no Relatório de Fiscalização de Obras (Fiscobras), documento que trata da fiscalização de obras financiadas com recursos orçamentários da União e é utilizado para auxiliar a CMO

nas decisões sobre proposta orçamentária.

Amanhã à tarde, a comissão fará outra audiência pública a respeito de indícios de irregularidades graves, desta vez em obras do Ministério das Cidades, do Ministério da Integração Nacional e da Petrobras. O relatório do tribunal, entregue ao Congresso Nacional em 30 de outubro, propõe a paralisação de 22 obras públicas.

## Paim proporrá reajuste de aposentadorias

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que vai rerepresentar uma emenda à proposta orçamentária de 2013 com reajuste para aposentados e pensionistas.

A emenda havia sido rejeitada durante a votação do parecer preliminar da proposta, na semana passada, mas o relator-geral do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou na ocasião que ela poderia ser apresentada novamente durante a elaboração dos relatórios setoriais.

— Jucá disse na semana

passada que aquele não era o momento para analisar a emenda, sugerindo sua posterior rerepresentação para análise em relatório setorial — disse.

A emenda de Paim estabelece que o reajuste para aposentados e pensionistas pelo Regime Geral da Previdência esteja vinculado ao crescimento da massa salarial do país (medido pelo Ministério da Previdência).

A emenda será apresentada ao relator da área de Trabalho,

Previdência e Assistência Social, Armando Monteiro (PTB-PE).

Paim lembrou que, no fim de 2011, houve um acordo para que essa demanda fosse adiada — permitindo a votação da proposta orçamentária de então — e votada neste ano.

— Nós estávamos obstruindo as votações. Então houve um apelo dos líderes para que esse reajuste ficasse para este ano. Queremos que o acordo agora seja cumprido — disse o parlamentar.

## Preferência a produtos nacionais em obras do PAC

O Senado também se prepara para votar o projeto de lei de conversão (PLV) que dá preferência a produtos e serviços nacionais nos editais de licitação e contratos de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A regra valerá para contratos geridos por estados e municípios e com transferência obrigatória de recursos financeiros da União.

Já aprovado na Câmara, o projeto (PLV 24/12) deriva da Medida Provisória 580/12. Também autoriza a prorrogação, por 12 meses, de contratos com trabalhadores temporários firmados pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Empresa de Planejamento e Logística

14h Pauta trancada pelo PLV 23/12, que muda o nome da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade para Empresa de Planejamento e Logística e amplia as competências dela.

### PRESIDÊNCIA Nuclebrás, STJ e ordem do dia

11h José Sarney recebe Alexandre Gadelha, diretor da Nuclebrás Equipamentos Pesados. Às 11h30, encontra o ministro do STJ Sebastião Reis Júnior. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CDH Direitos dos trabalhadores, terceirização e Simples Trabalhista

9h Audiência na Comissão de Direitos Humanos debate a precarização dos direitos dos trabalhadores. Depois haverá discussão e votação das emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2013. Às 14h30, nova audiência, sobre terras indígenas do extremo sul da Bahia.

### CAE Mais direitos para quem viaja de avião

10h Entre os projetos em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, está o que amplia direitos de usuários de transporte aéreo. Antes da reunião, votação de emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2013, que serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

### AVIAÇÃO CIVIL Ameaças de paralisação no final do ano

10h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, discute as ameaças de paralisação do setor aeroviário neste fim de ano.

### CE Regulamentação do exercício da medicina

11h Entre os projetos em análise pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, estão o do Ato Médico e o que determina o caráter público dos trabalhos de conclusão de curso superior.

### CMA Emissão de dióxido de carbono por veículos

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que fixa os níveis máximos de emissão de CO<sub>2</sub> por veículos fabricados no Brasil. Em seguida, discute e vota as emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2013.

### CPI DA MULHER Análise de requerimentos

14h Reunião administrativa da comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher para análise de requerimentos.

### CMO Auditorias em obras públicas

14h30/18h/20h No Plenário 2 da Câmara, a Comissão Mista de Orçamento examina avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias em obras públicas, entre outros itens.

### CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS Adoção irregular na Bahia

14h30 A comissão de inquérito ouve famílias que detêm guarda provisória de menores de Monte Santo (BA); e o juiz Luiz Roberto Cappio, que denunciou irregularidades nos processos de adoção.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Representantes de veículos comunitários são unânimes em apoiar a proposta de criação de um fundo com parte da taxa de fiscalização paga pelas operadoras de telefonia



Entre Paulo Miranda e Paulo Paim, Gilberto Rios alerta para entraves jurídicos existentes no Brasil, em audiência da Comissão de Direitos Humanos que também reuniu na mesa Octavio Pieranti (2º à dir.) e José Roberto Schiavinato (D)

José Cruz/Agência Senado

## Canais comunitários de TV pedem fontes de recursos

A CRIAÇÃO DE formas de financiamento para TVs comunitárias ocupou grande parte dos debates de ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Desde a promulgação da Lei do Cabo (Lei 8.977/95), a criação de medidas para garantir recursos aos canais comunitários é reivindicada por entidades da área.

Uma das propostas é transformar parte do que é pago pelas operadoras de telefonia como taxa de fiscalização (Fistel) num fundo de apoio aos canais. A ideia foi apoiada por todos os representantes de veículos comunitários.

— Sentimos a necessidade de uma definição sobre como buscar recursos para que esses canais comunitários se mantenham — afirmou José Roberto Schiavinato, vice-presidente da Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo.

TVs públicas também defendem o repasse de recursos provenientes da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e de percentual de

publicidade pública institucional do governo federal para as emissoras públicas.

No que diz respeito ao Fistel, Ricardo Lima, assessor da presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), defendeu a mobilização das TVs comunitárias para tentar reverter a posição das operadoras móveis contra o remanejamento de 10% do fundo para financiamento da radiodifusão pública.

**Representante de associação diz que a TV comunitária garante pluralidade de opiniões**

Desde 2009, quando as operadoras tinham de começar a recolher cerca de R\$ 200 milhões para financiar a EBC, o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) vem depositando os recursos em juízo.

— Esse orçamento, quando liberado, vai tratar da TV pública, e as TVs comunitárias têm aí dentro o seu quinhão. Precisamos que as teles liberem o que é nosso, o que é da sociedade civil — disse o representante da EBC.

O coordenador-executivo

da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, Gilberto Rios, concordou:

— Se conseguirmos resolver o problema do Fistel, se conseguirmos resolver alguns entraves jurídicos existentes hoje no país, talvez possamos ter em 2013 um ano melhor para a comunicação pública, para que os conteúdos brasileiros possam ser vistos pela população — observou Gilberto Rios.

Segundo Edivaldo Farias, presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, a democratização dos meios de comunicação passa pelo fortalecimento de TVs e rádios comunitárias. Ele assinalou que esses veículos, que não têm condições de enfrentar o poderio econômico de grupos empresariais estrangeiros, são fundamentais para garantir espaço à pluralidade de manifestações da sociedade.

— Somos nós que denunciemos as violações dos direitos humanos. Somos nós que não nos limitamos porque não estamos presos à audiência, não estamos presos ao poder econômico — disse Farias.

## Governo dará espaço a emissoras no sistema digital

Uma das preocupações das TVs públicas apresentadas na audiência é a migração para o sistema digital. Os representantes de associações e de TVs comunitárias, que hoje operam apenas na TV a cabo, querem a rápida regulamentação e implementação do Canal da Cidadania e a garantia de transmissão em TV aberta.

Previsto em decreto presidencial que trata da implantação da TV digital (SBTVD-T), o Canal da Cidadania é uma das quatro emissoras que a União poderá explorar no serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital.

De acordo com o diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Octavio Penna Pieranti, o texto em análise pela pasta garante o espaço para a produção feita pelas próprias comunidades. Ele também informou que o texto está em fase de redação

final, mas não antecipou quando o Canal da Cidadania será regulamentado.

A vantagem do canal, segundo Pieranti, é que a rede compartilhará infraestrutura e espaço para que as comunidades não precisem investir recursos em equipamentos:

— É um modelo que desvincula a programação comunitária dos interesses dos governos municipais e estaduais, preserva sua autonomia e garante recursos para sua transmissão.

A reunião, requerida por Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH,

marcou a abertura do 8º Congresso da Associação Brasileira de Canais Comunitários, em Brasília. O senador garantiu que encaminhará as reivindicações ao Executivo.

Atendendo ao pedido de Paim, todos os presentes na audiência fizeram um minuto de silêncio em memória do ex-deputado federal Sérgio Miranda, que morreu ontem, em Brasília.

**Decreto presidencial prevê Canal da Cidadania, com espaço para TVs comunitárias**

## Lídice destaca debate sobre Nordeste

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a realização da Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional do Nordeste, em Salvador, nos dias 8, 9 e 10 deste mês.

Na avaliação da senadora, a definição de estratégias de integração do Nordeste, especialmente da região semiárida, às regiões mais desenvolvidas do país é fundamental para viabilizar o desenvolvimento da economia nordestina, permitindo a superação de problemas como a seca.



Waldemir Barreto/Agência Senado

No pronunciamento, Lídice leu trechos da Carta do Nordeste, elaborada pelos participantes da conferência e entregue à presidente Dilma Rousseff. O

documento aponta as bases para um novo modelo de desenvolvimento para a região, que deverá focar em políticas públicas e programas que contemplem a educação, a ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo.

Ela também homenageou o ex-deputado federal Sérgio Miranda, que morreu ontem, em Brasília.

## Gurgacz apoia regularizar terras

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu o projeto de lei que trata dos títulos de terras na faixa de fronteira (PLC 90/12).

A proposta, aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na semana passada, estabelece prazo de dois anos, contados do requerimento do detentor da posse, para que a União se manifeste a respeito da regularização. Caso o prazo não seja cumprido, há a possibilidade de ratificação imediata da propriedade.

— Essa medida tem como objetivo

agilizar a regularização de terras em faixa de fronteira, uma vez que, atualmente, isso é quase impossível — disse o senador, relator do projeto na CRA.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Hoje, informou, o Incra não consegue dar conta dos milhares de requerimentos de regularização fundiária, por falta de estrutura, acúmulo de processos e ineficiência burocrática. Assim, muitos proprietários ficam sem o título de posse e não podem acessar linhas de crédito ou programas governamentais de incentivo à produção.



# Crianças ainda terminam 3º ano sem ler e escrever

De acordo com o Censo, 15% dos alunos ainda não estão alfabetizados aos 8 anos; para vencer o problema, governo federal acaba de lançar programa que destina verbas a estados e prefeituras para que melhorem a qualidade do ensino nos primeiros anos

Tatiana Beltrão

GARANTIR QUE TODAS as crianças estudantes de escolas públicas brasileiras sejam alfabetizadas até o final do 3º ano (antiga 2ª série) do ensino fundamental, aos 8 anos, é o objetivo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado pelo governo federal neste mês. Cursos de formação para cerca de 360 mil professores e avaliações nacionais periódicas estão entre as principais ações, a serem implementadas pelos estados e municípios com apoio técnico e financeiro do governo federal.

A medida provisória que institui o apoio aos entes federados que aderirem ao pacto (MP 586/12) está em análise no Congresso. Na última semana, foi designada a comissão de senadores e deputados que avaliará a medida. O relatório, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), deve ser apresentado à comissão mista na próxima semana. Depois, a MP será votada pelos Plenários do Senado e da Câmara.

Alfabetizar na idade certa ainda é um desafio no Brasil. Dados do Censo 2010 indicam que 15,2% das crianças brasileiras não sabem ler nem escrever aos 8 anos. O problema se mostra ainda mais complexo quando se consideram os resultados por região: no Norte, o índice chega a 27,3%, e no Nordeste, a 25,4% — uma desigualdade brutal em relação à Região Sul, que apresenta as melhores taxas do país, com 5,4% de crianças não alfabetizadas na faixa etária adequada.

Outros estudos confirmam as deficiências do ensino no ciclo de alfabetização. A Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), aplicada em 2011 a 6 mil

### Números do pacto

O pacto envolve aproximadamente **8 milhões de alunos**, matriculados nos três primeiros anos do ensino fundamental em escolas públicas

Cerca de **360 mil professores** atuam como alfabetizadores nessa etapa

A rede pública de ensino do país tem cerca de **400 mil turmas** de 1º, 2º e 3º anos e multisseriadas, distribuídas em 108 mil escolas

No Brasil, **15,2%** dos alunos dessas escolas **não conseguem se alfabetizar** até o fim do 3º ano do ensino fundamental

De acordo com o Censo 2010, o estado com **piores índices de alfabetização é Alagoas**, com 35% de não alfabetizados até os 8 anos de idade. **O melhor desempenho é do Paraná**, com 4,9%

No Nordeste, o **melhor resultado** é o do **Ceará**, com 18,7%

No Norte, é **Rondônia**, com 11%

No Centro-Oeste, o **Distrito Federal** tem os melhores índices: 6,8% das crianças não estão alfabetizadas aos 8 anos

No Sudeste, destaca-se **Minas Gerais**, com 6,7%

estudantes do 3º ano do ensino fundamental, revelou que apenas 56,1% aprenderam o que era esperado em leitura; em matemática, só 42,8%. A prova revelou também a grande variação de desempenho entre regiões do país e entre escolas públicas e privadas.

### Exclusão social

Reduzir a desigualdade para garantir mais oportunidades às crianças das escolas públicas é o mérito do pacto, acredita a senadora Ângela Portella (PT-RR).

— Ele busca diminuir as diferenças na alfabetização, e isso é de extrema relevância porque a insuficiência de aprendizado é raiz da exclusão social, intelectual, econômica e cultural — afirmou, ressaltando que a ação deve ser acompanhada do esforço dos governos para ampliar as vagas na educação infantil.

Vice-presidente da comissão mista que analisa a MP, o senador Gim Argello (PTB-DF) destaca a destinação de recursos federais para a consecução das metas de alfabetização. O investimento inicial é de R\$ 2,7 bilhões (R\$ 1,1 bilhão em 2013 e R\$ 1,6 bilhão em 2014), que serão repassados aos estados e municípios que aderirem ao

pacto. O dinheiro vai financiar os cursos de formação, com pagamento de bolsas aos professores e aos orientadores, e a realização das avaliações anuais, entre outros itens.

— As redes estaduais e municipais são as maiores responsáveis pela alfabetização das crianças. O estímulo é importantíssimo — diz Gim.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), porém, o pacto é “bem-intencionado, mas insuficiente”.

— Podemos conseguir nivelar um pouquinho, obter algum pequeno avanço, como outros pequenos avanços que vimos obtendo na educação. Mas não vamos diminuir o imenso desnível educacional que temos. Esse problema exige mais que um simples pacto — critica.

Cristovam defende uma mudança mais profunda no sistema educacional, em que o governo federal assumiria a educação básica (hoje, apenas o ensino superior é responsabilidade da União). Só assim, acredita, seria possível superar a desigualdade e garantir um padrão de qualidade a todas as escolas públicas. As propostas integram o projeto do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, elaborado pelo senador.



Paulo Fung/Agência Senado

## Programa do MEC aposta na reciclagem de professores

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já tem adesão de todos os estados e do Distrito Federal. Até 8 de novembro, dia do lançamento da iniciativa pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, 5.271 municípios haviam aderido — o país tem 5.565 municípios.

Ao aderir, estados e municípios firmam com a União um compromisso formal de assegurar que todos os alunos da rede pública sejam alfabetizados em língua portuguesa e matemática até os 8 anos, ao final do 3º ano. Os estados (que, em princípio, são os responsáveis pelo ensino médio, ficando o fundamental a cargo dos municípios) devem apoiar as prefeituras.

O principal eixo do plano é a formação dos cerca de 360 mil professores alfabetizadores das escolas

públicas, que terão aulas presenciais durante dois anos, na cidade em que atuam. Como ajuda de custo para a participação nos encontros presenciais, eles receberão bolsas.

Outro eixo importante é a avaliação. Além da Provinha Brasil, aplicada no início e no final do 2º ano, as escolas participarão de uma avaliação universal anual, realizada pelo Inep e destinada aos concluintes do 3º ano. As provas possibilitarão às redes analisar o resultado do trabalho de alfabetização e planejar medidas corretivas.

A importância de avaliar os estudantes ao final do ciclo de alfabetização, para impedir que prossigam os estudos com déficit numa área que é tão determinante para todo o aprendizado, já era objetivo de um projeto de lei do senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

que aguarda análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto (PLS 414/11) institui uma avaliação obrigatória da aprendizagem em língua portuguesa e matemática ao final do 3º ano e estipula que o aluno com desempenho insatisfatório receberá reforço pedagógico intensivo ao longo do 4º ano.

— Sei por experiência própria que não devemos deixar o aluno avançar sem avaliar seu aprendizado. O estudante que não domina língua portuguesa e matemática nessa etapa dificilmente consegue acompanhar depois — disse Bauer, que foi secretário da Educação de Santa Catarina.

O senador apresentou uma emenda à MP do pacto para inserir a obrigatoriedade das avaliações e da oferta de reforço escolar pelas redes.

Os estados e municípios que já têm programas próprios de alfabetização também podem aderir ao pacto. É o caso do Distrito Federal, que mantém o BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), voltado a crianças de 6 a 8 anos e com professores formados pelo Pró-Letramento, programa do governo federal em parceria com governos estaduais e universidades.

Na Escola Classe 206 Sul, que faz parte da rede pública do Distrito Federal, é comum o trabalho focado no aluno. Os professores mapeiam as dificuldades de cada criança na leitura e na escrita e planejam formas de ajudá-la a superar o atraso, durante as próprias aulas ou mesmo com reforço escolar no contraturno. Projetos e atividades culturais são usados como motivadores do aprendizado.

A Escola Classe 206 Sul, de Brasília, mapeia dificuldades de cada aluno e oferece reforço, se necessário

## Formação docente é falha, diz pesquisadora

Pesquisadora da área de alfabetização e fundadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Magda Becker Soares afirma que os professores alfabetizadores precisam de formação continuada, como prevê o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Ela, porém, chama a atenção para o que considera ainda mais necessário: formação inicial específica, com reformulação dos cursos universitários, em razão da complexidade dos fundamentos que é preciso dominar. Para ela, esse é o maior desafio enfrentado no Brasil, hoje, na alfabetização.

— Não estamos formando alfabetizadores eficientes. É só entendendo como a criança aprende a língua escrita que podemos saber como conduzi-la nessa aprendizagem e como vencer as dificuldades.

A deficiência parece mais grave no contexto

sociocultural brasileiro, ainda pouco favorável à alfabetização das crianças em razão da baixa escolaridade dos pais.

— Isso significa que é a escola que tem a responsabilidade de suprir aquilo que o contexto não oferece. Não adianta culpar pais de baixa escolaridade, famílias em que a leitura e a escrita estão ausentes, pelas dificuldades da criança. Cabe à escola, nesses casos, criar contextos de letramento incentivadores da aprendizagem da língua escrita.

Magda explica que é importante alfabetizar os alunos até os 8 anos porque é nesse período que se desenvolvem mais intensamente as operações cognitivas.

— Se o estudante não adquire o domínio básico da língua escrita nos anos iniciais, fase ideal para que isso ocorra (ideal do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo e do ponto de vista de seu interesse e motivação), torna-se muito difícil essa aquisição nos anos seguintes.

A recuperação do que não ocorreu na idade certa pode acontecer, mas exige muito esforço do estudante e do alfabetizador.

Isso acontece, disse a pesquisadora, não só porque o momento “ideal” já se foi, mas também porque a escolarização, nos momentos posteriores, passa a depender fundamentalmente da língua escrita, o que resulta em fracassos que se acumulam ao longo das séries.

### Saiba mais

**Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**  
<http://pacto.mec.gov.br/>

**Medida Provisória 586/12**  
<http://bit.ly/medidaprovisoria586>

**Plano Nacional de Educação**  
<http://bit.ly/planonacionaldeeducacao>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)



O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Maria Felício Lopes, de Fortaleza, participa do programa de alfabetização do governo cearense

### Como vai funcionar

► **FORMAÇÃO CONTINUADA:** os professores alfabetizadores das escolas públicas brasileiras farão curso presencial de 2 anos, com carga horária de 120 horas por ano divididas entre estudos e atividades práticas. Os encontros serão conduzidos por 18 mil orientadores de estudo — professores que farão um curso de formação específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas que, para isso, receberão recursos do Ministério da Educação (MEC).

► **MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS:** as escolas receberão do MEC materiais específicos para alfabetização (livros didáticos, obras pedagógicas complementares, dicionários, obras de referência, de literatura e de pesquisa; de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização).

► **AVALIAÇÕES:** além das avaliações processuais, debatidas durante o curso de formação e que podem ser aplicadas pelo professor junto aos educandos, as escolas terão acesso a um sistema informatizado para inserir os resultados da Provinha Brasil de cada criança, no início e no final do 2º ano, o que permitirá diagnosticar o nível de conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita e habilidades de leitura, para então planejar ajustes. E os alunos concluintes do 3º ano participarão de uma avaliação anual universal, pelo Inep, para aferir nível de alfabetização ao final do ciclo. Essa avaliação possibilitará às redes implementar medidas e políticas corretivas. As provas começam no ano que vem e os resultados estarão disponíveis a partir de 2014.

► **GESTÃO E CONTROLE SOCIAL:** o Pacto terá um Comitê Gestor Nacional; uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades; uma coordenação estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; e uma coordenação municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede.

► **PREMIAÇÃO:** o MEC premiará professores, escolas e redes de ensino que mais avançarem na alfabetização. O edital com as regras da premiação será publicado em 2013.



Fonte: Ministério da Educação

## Governo quer 100% dos alunos alfabetizados

Alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano é uma das 20 metas do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), que está em análise no Senado.

O plano define os rumos da educação do país para o próximo decênio. Entre as ações propostas para alcançar a meta, estão a criação de uma avaliação

nacional anual e o estímulo à formação dos professores (inicial e continuada).

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto do PNE (PLC 103/12) chegou ao Senado em outubro. Está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Depois de amanhã, a CAE, em conjunto com a Comissão de Educação (CE),

realizará duas audiências públicas para discutir o plano. A primeira, com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, está prevista para as 10h. A outra deve ter início às 14h. A questão mais polêmica é a destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, até 2020. Atualmente, só 5% são investidos na área.



# Raupp pede mais debates sobre reforma tributária

Senador diz que é preciso encontrar logo um mecanismo para compensar os municípios pela queda nos repasses do fundo de participação

O SENADO PRECISA retomar os debates sobre reforma do sistema tributário e sobre pacto federativo, para garantir aos municípios o tratamento que eles merecem, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). Diante da crise enfrentada pelas prefeituras, em especial as menores, que sofrem com a queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o senador afirmou ainda ser necessário e urgente encontrar mecanismos de compensação para os entes que mais dependem desses recursos. Raupp reafirmou o compromisso dele e do PMDB com a causa municipalista, “em especial na questão da justiça da distribuição dos recursos tributários”.

— O Senado, como Casa da Federação, é o fórum ideal para que essas questões sejam pensadas e resolvidas de forma competente e justa. Falta pouco tempo para o fim do ano,



mas há ainda muito que fazer pelos municípios — disse.

O montante das parcelas do FPM, formado pelo Imposto de Renda e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), vem diminuindo em decorrência da política de isenções fiscais do governo federal e da queda de arrecadação, e não mostra sinais de recuperação, segundo Raupp. Isso tem afetado o orçamento das pequenas cidades, e “algumas nem sequer terão recursos para pagar as contas do fim do ano”, destacou.

A recuperação dos repasses do FPM prevista para novembro ainda não ocorreu, segundo o senador. A variação positiva em relação ao mesmo período de 2011 foi de somente

0,1%. Em outubro, houve queda de 20% em comparação com o mesmo mês do ano passado. Em 2012, os municípios já deixaram de receber mais de R\$ 1,8 bilhão.

— O governo federal não está errado em utilizar a política fiscal para buscar estimular a indústria e promover o crescimento econômico, desde que os municípios sejam compensados com as perdas de receitas. O que não pode acontecer é que a conta seja paga justamente pelos que estão na posição mais frágil: os municípios. Cabe a eles investimentos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, então as falhas são imediatamente sentidas pela população — afirmou.

## Paim questiona prejuízo à Previdência

Apesar de reconhecer a importância da ajuda do governo federal aos prefeitos que precisam saldar as dívidas de seus municípios, Paulo Paim (PT-RS) lamentou que o socorro oferecido seja baseado no parcelamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

— Pela ajuda até agora anunciada pelo governo, com a Medida Provisória 589/12, vemos mais uma vez a Previdência sendo chamada a pagar a conta. Mais uma vez o dinheiro sai e não volta para a Previdência, e, depois, se repete a antiga cantilena de que não há dinheiro para pagar os aposentados — disse.

O senador salientou que o

rombo nas contas das prefeituras é causado não só pelo aumento de despesas, mas também pelas desonerações concedidas pela União, que atingem o FPM.

— Os prefeitos vêm vocalizando a precariedade das contas municipais, a quase impossibilidade da gestão, há muito tempo, em alto e bom som — disse.

De acordo com Paim, as mobilizações realizadas anualmente mostram que o país não foi pego de surpresa pela a situação dos municípios. Ele avalia que mais de 2.500 prefeitos não conseguirão fechar as contas no fim do ano, quando se encerram seus mandatos, “o que não se

justifica em um país que cresce como o Brasil”.

— Ao dano administrativo, ao prejuízo econômico-financeiro, à estagnação do serviço ao cidadão, soma-se agora o constrangimento político — lamentou.

Paim elogiou o trabalho realizado pela Comissão do Pacto Federativo, que já entregou o relatório ao presidente do Senado, José Sarney. São nove proposições, que já tramitam na casa. No entanto, na opinião do senador, apesar de a iniciativa ser louvável e ter potencial para trazer equilíbrio às finanças municipais, não haverá resultados em curto prazo, como exige a situação das prefeituras.

## UnB deve garantir qualidade de ensino, diz Rollemberg

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o compromisso com a qualidade do ensino é um dos desafios do novo reitor da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo, e da vice-reitora, Sônia Bão.

O senador disse que a instituição viveu um processo de expansão inédito no mandato do reitor anterior, José Geraldo de Sousa Junior, com ampliação de cursos e número de vagas. A universidade tem hoje 34.738 alunos em 96 cursos. Ivan Camargo tomou posse no dia 20 e deve dirigir a UnB pelos próximos quatro anos.

— É preciso, agora, garantir a melhoria na infraestrutura laboratorial, as condições de trabalho dos professores e de estudo dos alunos, e não perder a qualidade — alertou.

Rollemberg também ressaltou a necessidade de a UnB recuperar a capacidade de captar recursos para financiar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico,



Rollemberg aponta desafios do novo reitor da universidade de Brasília

colaborar na preparação dos professores do ensino básico e ensino fundamental e expandir as estruturas para a Região Metropolitana do Distrito Federal, em Goiás.

No mesmo discurso, o senador disse lamentar a maneira como o governo do Distrito Federal está conduzindo o financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico de Brasília e classificou como “uma vergonha” a recente prisão do presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP) e de dirigentes da entidade, acusados de corrupção e fraude de licitação.

## Senadores lamentam a morte de Sérgio Miranda

Cinco senadores apresentaram voto de pesar pela morte do ex-deputado federal Sérgio Miranda, ocorrida ontem. No Plenário, ao abrir os trabalhos como presidente da sessão, Paulo Paim (PT-RS) lembrou a vida do ex-parlamentar. Lídice da Mata (PSB-BA), João Capiberibe (PSB-AP), Pedro Taques (PDT-MT) e Acir Gurgacz (PDT-RO) também fizeram assim.

Paim disse que Miranda lutou pelos direitos de aposentados e pensionistas.

— Foi um dos primeiros a falar da importância de mudarmos o fator previdenciário e morreu sem ver essa luta, que eu também travo, tornar-se realidade — disse.

Miranda foi professor e deputado por Minas Gerais em quatro mandatos,

de 1993 a 2006. Também atuou como vereador em Belo Horizonte, de 1988 a 1992. Por 43 anos, militou no PCdoB. Em setembro de 2005, filiou-se ao PDT. Como deputado, atuou na CPI que investigou fraudes do INSS e na investigação dos assassinatos de fiscais do Ministério do Trabalho.

— Sérgio destacou-se por sua coragem na ditadura, mas também pela doçura e solidariedade — disse Lídice.

Capiberibe acrescentou que o deputado foi um dos grandes combatentes pela democracia e Taques disse que as causas defendidas por Miranda continuarão a ser as causas de quem o admirava. Gurgacz afirmou que a morte do colega é uma grande perda para o PDT, para Minas Gerais e para a política brasileira.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333





Collor defende que se investigue Gurgel

## Procurador-geral da República menospreza Congresso, diz Collor

Fernando Collor (PTB-AL) rebateu as declarações do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de que estaria sofrendo retaliação do Congresso, pelo papel que o Ministério Público desempenhou no processo do mensalão. Na semana passada, Gurgel afirmou que a aprovação pela Câmara da PEC 37/11, que retira o poder investigatório do Ministério Público, e o pedido feito no relatório da CPI do Cachoeira para que o Conselho Nacional do Ministério Público investigue sua conduta no caso seriam uma retaliação dos parlamentares.

Segundo Collor, o procurador-geral menosprezou o Congresso e não reconheceu como institucional a ação legítima dos parlamentares.

O senador afirmou que vai sugerir ao relator da CPI que inclua outros nomes na lista de pedidos de indiciamento, como o dos procuradores da República Alexandre Camanho, Léa Batista de Oliveira e Daniel de Resende Salgado e a subprocuradora-geral, Cláudia Sampaio Marques.



Para senador, texto visa barrar investigações

## Capiberibe critica PEC que retira atribuições do Ministério Público

João Capiberibe (PSB-AP) classificou como “tentativa de amordaçamento” do Ministério Público a PEC 37/11, aprovada na Câmara, que torna exclusiva da polícia a atribuição de iniciar investigações criminais. Ele disse ontem que a proposta “fere o bom senso” por desprezar o papel constitucional do Ministério Público e limitar o combate à corrupção.

— A quem interessa paralisar a investigação do Ministério Público? A quem está incomodando? — indagou.

O senador assinalou a clareza da Constituição de 1988 sobre o papel do MP na defesa da sociedade. Ele disse que a prerrogativa do Ministério Público na investigação criminal é imprescindível em praticamente todos os países.

— A união das partes é que ajuda neste momento o Brasil a dobrar esta página da malversação de recursos públicos — afirmou.

Pedindo a rejeição da PEC, Capiberibe disse que devem prevalecer os objetivos da Constituição.

# Senadores pedem explicações ao governo sobre denúncias da PF

Os senadores Alvaro Dias, Pedro Simon e Pedro Taques disseram ontem que vão pedir a convocação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para falar sobre a Operação Porto Seguro, da

Polícia Federal. Realizada na sexta-feira, a ação resultou no indiciamento de 19 suspeitos de fraudes em órgãos do governo. Entre eles, dois diretores de agências reguladoras, a chefe de gabinete da Presidência da República em São

Paulo, Rosemary de Noronha, e o advogado-geral da União adjunto, José Weber Holanda, já exonerados. Rosemary, José Weber e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, também podem ser convocados.



Senador espera que pedidos de convocação não sejam barrados pela maioria governista

## Alvaro quer convocar José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Adams

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou em Plenário, ontem, que apresentará às comissões do Senado requerimentos de convocação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; do seu adjunto, José Weber Holanda Alves; e da chefe de gabinete da Presidência em São Paulo, Rosemary de Noronha. Ele quer explicações sobre os fatos relacionados à Operação Porto Seguro.

O senador também encaminhou requerimento ao superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Roberto Troncon Filho, para compartilhamento de informações e documentos. Alvaro disse esperar que os pedidos não sejam rejeitados pela “maioria governista” nas comissões.

Em 2008, durante a CPI dos Cartões Corporativos, lembrou o senador, foi rejeitado um requerimento de convocação de Rosemary de Noronha. Além das suspeitas de uso irregular do cartão, ela teria fornecido como seu endereço em Londrina (PR) a sede da Sociedade Rural do Norte do Paraná. Para Alvaro, o fato indicaria “conduta de má-fé”.

O senador avaliou que a presidente Dilma agiu corretamente ao exonerar e afastar os envolvidos na rede de escândalo. Ele questionou, porém, por que Rosemary continuou no cargo depois das suspeitas de 2008. Alvaro acredita que o governo está em pânico com o que a ex-assessora pode revelar.

— O escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e espera o de amanhã para ser esquecido. Tem sido assim, é a rotina dos últimos anos — disse.

Segundo o senador, as finanças públicas e os interesses do povo brasileiro têm sofrido com o aparelhamento do Estado e o loteamento de cargos pelos governos do PT.



Simon destaca que denúncias não vieram da imprensa nem da oposição, e sim da polícia

## Pedro Simon também defende depoimento de ministro da Justiça

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que pedirá a convocação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para depor sobre suspeita de fraudes de pareceres técnicos em agências reguladoras e órgãos federais. Seis pessoas foram presas, e mais 12 indiciadas, acusadas de participação no esquema.

Entre os indiciados, estão a chefe de gabinete do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary de Noronha, e o segundo na hierarquia da Advocacia-Geral da União, José Weber Holanda Alves. Simon disse que Alves já tinha sido afastado por irregularidade e que, se a Lei da Ficha Limpa para nomeações no Executivo tivesse sido sancionada, escândalos como esse seriam evitados.

— O adjunto do advogado-geral não teria sido nomeado e não seria o principal articulador do que aconteceu no escritório da Presidência. O fim do ano poderia ter sido melhor para nós — disse o senador.

Simon elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de demitir os envolvidos, mas ressaltou que a presidente ainda precisa dar sua marca ao governo e mostrar que a ética está em primeiro lugar.

— Falta algo que faça com que a gente reconheça que a ética está em primeiro lugar neste governo — disse.

O senador elogiou o trabalho da Polícia Federal e afirmou que foi um ato de coragem ir até o gabinete da presidente da República em São Paulo e descobrir os fatos que aconteceram.

— Reparem que não foi ação de nenhum parlamentar da oposição, não foi feita pela *Veja*, nem por jornalista da *Veja*, nem de outro veículo de comunicação. Foi o próprio governo, foi a Polícia Federal — afirmou.



Taques lembra que dois dos acusados pela PF assumiram agências com aprovação do Senado

## “Precisamos ouvir os envolvidos nessa operação”, afirma Taques

Pedro Taques (PDT-MT) também defendeu a vinda ao Congresso do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ele disse que o ministro precisa apresentar aos parlamentares informações sobre o esquema de corrupção em agências reguladoras.

O senador lembrou que dois dos acusados pela Polícia Federal de envolvimento em irregularidades, os irmãos Paulo e Rubens Vieira, tiveram as indicações a cargos em agências aprovadas pelo Senado.

— Precisamos ouvir os envolvidos nessa operação. Não podemos fazer julgamentos. Estamos ainda diante de uma investigação, mas uma investigação séria, porque, no núcleo da Presidência da República, lá no estado de São Paulo, eram praticadas condutas, no mínimo, não republicanas — disse.

Taques informou que ele, Pedro Simon e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentarão requerimento para que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) convide o ministro.

O senador também criticou a PEC 37/11, que atribui exclusivamente às Polícias Federal e civil a competência para a investigação criminal. A proposta foi aprovada na semana passada por comissão especial da Câmara e será votada no Plenário dessa Casa antes de ser apreciada pelos senadores.

Na opinião de Taques, a “famigerada PEC 37” representa “atentado ao estado democrático de direito” ao subtrair poder investigatório do Ministério Público e de outros órgãos.

— No momento em que você vai viajar, o cachorro está cheirando a sua mala. Ele está cheirando a sua mala e investigando. Até cachorro no Brasil pode investigar, e o Ministério Público não pode investigar, de acordo com a chamada PEC 37.



# Senado incentiva discussão de políticas de proteção à mulher

Servidores podem atuar como multiplicadores na conscientização da Lei Maria da Penha, segundo participantes de debate

COM REPRESENTANTES DA Polícia Civil e do Poder Judiciário do Distrito Federal, o Senado fez ontem uma mesa-redonda sobre o combate à violência doméstica. O tema atinge milhares de mulheres no Brasil e no mundo. Inserido no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o evento foi uma iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos e teve como objetivo discutir a legislação, avanços da Lei Maria da Penha e conscientização.

A diretora-geral-adjunta do Senado, Rosa Vasconcelos, disse que a violência doméstica atinge todas as classes sociais.

— Quase 30 % das mulheres não procuram ajuda por vergonha ou medo — afirmou.

Um em cada cinco casos de faltas da mulher ao trabalho deve-se a casos de violência doméstica, segundo o diretor-adjunto da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, Evandro Perissê. A consultora do Senado Cleide de Oliveira acrescentou que o objetivo dos debates é possibilitar que as pessoas do Senado atuem também como multiplicadores, divulgando a Lei Maria da Penha, que hoje é considerada a terceira melhor legislação do mundo.

Gestor da Subsecretaria



Sérgio Maciel, Ana Cristina Santiago, Rosa Vasconcelos, Evandro Perissê e Cleide de Oliveira participam da reunião

Especializada em Violência e Família do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Sérgio Alberto Maciel falou sobre aspectos psicossociais.

— A mulher violentada desiste de tomar providência quando acredita que nada poderá ajudá-la — afirmou.

O Distrito Federal é um dos

campeões em denúncias de violência doméstica, segundo a delegada-chefe da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Ana Cristina Santiago. Ela explicou, no entanto, que isso pode ser positivo.

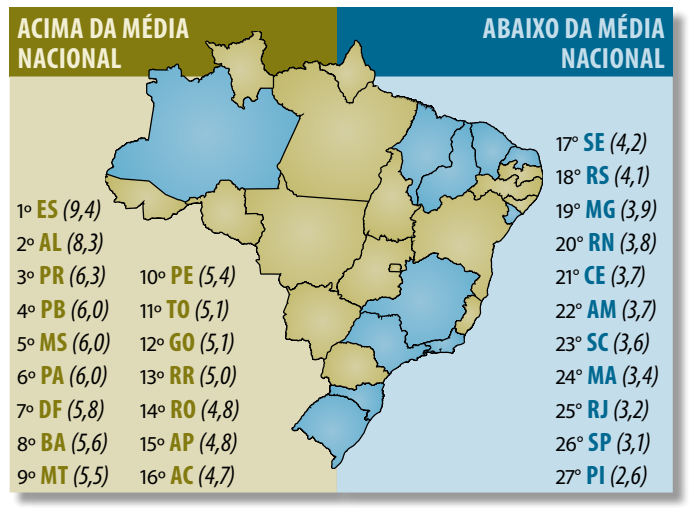
— Significa que estão denunciando mais. O crime começa com ciúme e crescendo até desconstruir a mulher, que chega esvaziada à delegacia. Isso quando não há homicídio.

O titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, Ben-Hur Viza, disse que a rede de proteção à mulher tem três eixos: comunitário, policial e judicial.

— São eixos que se interagem para proporcionar segurança à mulher que rompeu com elos familiares para se libertar da violência — disse.

## Mapa dos homicídios femininos no Brasil

Em 2010, o país apresentou uma taxa média de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. Abaixo estão as taxas de cada unidade da Federação.



## Para Costa, é preciso redistribuir a riqueza do país entre os estados

João Costa (PPL-TO) disse que há quatro grandes distâncias a serem vencidas no Brasil. A primeira é a “distância social” entre ricos e pobres. De acordo com ele, somente a democracia participativa “afastará o povo da servidão” e o aproximará do exercício do poder.

A segunda é a “distância federativa”, a desproporção de

força e riqueza entre os estados.

— Há uma conspiração silenciosa para que os estados mais ricos continuem mais ricos, e os estados mais pobres continuem mais pobres — criticou o senador, defendendo a redistribuição de impostos para permitir o desenvolvimento regional.

O terceiro obstáculo é a

“distância físico-intelectual”.

— Essa distância tem que ser superada por melhores ligações rodoviárias, marítimas, fluviais, aeroportuárias e pelas estradas da informação e do conhecimento, a via do saber, que nos aproxima do labirinto da luz e nos afasta das trevas.

Por último, citou a “distância política”, ressaltando que o elo

entre o eleito e o eleitor não pode se resumir ao período eleitoral.

— É possível administrar o bem público com honestidade. A força do voto popular e o pleno exercício da cidadania podem transformar a vida do povo. Basta escolher candidatos comprometidos com o bem e a felicidade.



Costa: país deve vencer distâncias social, federativa, intelectual e política

**Como me informo sobre as despesas dos senadores?**

**Fique sabendo**

- 1 Acesse o QR Code acima ou [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)
- 2 Na coluna **Senador**, selecione o nome do parlamentar que deseja pesquisar

**Portal da Transparência é Senado Transparente**

O Portal da Transparência armazena informações públicas a respeito dos atos administrativos do Senado Federal para livre consulta da sociedade. No Portal, o cidadão encontra, principalmente, informações sobre gastos e prestação de contas.